

PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

REVISTA DE
GEOGRAFIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia>

ESPAÇO PÚBLICO EM LONDRINA, PARANÁ: O CALÇADÃO E O ZERÃO E SEUS CONTEÚDOS SOCIOESPACIAIS¹

Nicolas Veregue Ruiz¹ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4318-0887>

¹Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, SP, Brasil*

Artigo recebido em 08/12/2022 e aceito em 26/03/2024

RESUMO

Neste artigo, traçamos uma comparação entre os conteúdos socioespaciais de dois espaços públicos localizados no centro da cidade de Londrina, Paraná. Os dois espaços escolhidos são o calçadão e o Zerão, uma via para pedestres e um parque público. Partimos da fundamentação teórica sobre o processo de fragmentação socioespacial em curso nas cidades médias latino-americanas e sobre os espaços públicos contemporâneos. Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa de mestrado que deu origem ao artigo foram: revisão bibliográfica sobre a temática, trabalhos de campo nos dois espaços públicos e aplicação de 86 enquetes exploratórias em ambos os espaços, online e presenciais. Ao final, a partir da análise comparativa e crítica, a multiplicidade dos usos e funções de cada um deles foi aspecto fundamental para a compreensão da sua importância.

Palavras-chave: fragmentação socioespacial; Londrina (PR); espaços públicos.

PUBLIC SPACE IN LONDRINA, PARANÁ, BRAZIL: CALÇADÃO AND ZERÃO AND ITS SOCIO-SPATIAL CONTENTS

ABSTRACT

In this paper, we draw a comparison between the socio-spatial contents of two public spaces located in the city center of Londrina, Paraná, Brazil. The two spaces chosen are calçadão and Zerão, a pedestrian way, and a public park. We started from the theoretical foundation of the process of socio-spatial fragmentation underway in Latin American medium-sized cities and contemporary public spaces. The methodological procedures used in the master's research that gave rise to this paper were: a literature review on the theme, fieldwork in the two public spaces, and the application of 86 exploratory surveys in both spaces, online and in person. In the end, from the

¹ Este artigo é fruto da dissertação de mestrado defendida pelo autor em 2021 no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente.

* Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, SP, Brasil. E-mail: nicolas.veregue@unesp.br.

comparative and critical analysis, the multiplicity of uses and functions of each one of them was a fundamental aspect for the understanding of their importance.

Keywords: socio-spatial fragmentation; Londrina (PR); public spaces.

ESPACIO PÚBLICO EN LONDRINA, PARANÁ, BRASIL: EL CALÇADÃO Y EL ZERÃO Y SUS CONTENIDOS SOCIOESPACIALES

Resumen

En este trabajo se establece una comparación entre los contenidos socioespaciales de dos espacios públicos situados en el centro de la ciudad de Londrina, Paraná. Los dos espacios elegidos son el calçadão y el Zerão, una vía peatonal y un parque público. Partimos de la base teórica sobre el proceso de fragmentación socioespacial en curso en las ciudades medias latinoamericanas y sobre los espacios públicos contemporáneos. Los procedimientos metodológicos utilizados en la investigación de maestría que dio origen al artículo fueron: revisión bibliográfica sobre el tema, trabajo de campo en ambos espacios públicos y aplicación de 86 encuestas exploratorias en ambos espacios, online y presenciales. Al final, desde el análisis comparativo y crítico, la multiplicidad de usos y funciones de cada uno de ellos fue un aspecto fundamental para la comprensión de su importancia.

Palabras clave: fragmentación socioespacial; Londrina (PR); espacios públicos.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa e compara os conteúdos socioespaciais de dois espaços públicos – o calçadão (uma via de pedestres) e o Zerão (um parque público) – localizados no centro da cidade de Londrina, estado do Paraná. Aqui estamos partindo de três pontos importantes: o primeiro é o entendimento de Londrina como uma cidade média (CORRÊA, 2017; GÓES et al., 2019; SILVA, 2013a; SPOSITO, 2007) e o segundo é que essas cidades, em especial as latino-americanas, têm passado por um processo denominado, a partir de pesquisas e estudos publicados já há alguns anos, de fragmentação socioespacial (LAGROUX, 2021; PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2001; SPOSITO; SPOSITO, 2020; SPOSITO; GÓES, 2013, 2019).

O terceiro ponto versa sobre a necessidade de entender os conteúdos socioespaciais dos espaços públicos no contexto da lógica fragmentária urbana, problematizando o debate acerca da crise ou da regressão desses espaços e da relação deles com os espaços privados (BORGES, 2018; DUHAU; GIGLIA, 2008, 2010; GÓES; SPOSITO, 2016; GOMES, 2018; GOMES; RIBEIRO, 2018; ROXO; GÓES, 2021; SOUZA, 2018; STOIAN, 2019).

Os procedimentos metodológicos utilizados na condução da pesquisa de mestrado que deu origem a esse artigo foram: 1) revisão bibliográfica acerca da temática; 2) realização de trabalhos de campo nos

dois espaços públicos em 2020 e 2021 e 3) aplicação de 31 enquetes² no calçadão em janeiro e fevereiro de 2020 e 55 enquetes aplicadas a respeito do Zerão – 36 de modo *online* no Google Forms entre abril e maio de 2020, por conta da pandemia de COVID-19, e 19 aplicadas presencialmente naquele espaço em setembro de 2021.

Entendemos que a aplicação de enquetes é uma importante ferramenta exploratória para identificar os tipos e perfis de usuários, além de suas práticas espaciais naquele e em direção àquele espaço público, como podemos citar exemplos de enquetes aplicadas, como estão descritas nos trabalhos de Góes e Sposito (2016) e Stoian (2019), chegando mesmo a possibilitar análises que vão além de uma aproximação inicial.

Em função do contexto da pandemia de COVID-19, foram necessários ajustes na condução desta pesquisa. Os procedimentos metodológicos qualitativos que envolvem a interação presencial foram reprogramados, repensados e até mesmo suprimidos. Isso afetou diretamente os trabalhos de campo e a quantidade de enquetes aplicadas e analisadas. Em setembro de 2021, quando a vacinação no Brasil estava avançando e algumas medidas de distanciamento social estavam mais brandas – e mesmo assim mantendo o distanciamento dos cidadãos e o uso de máscaras – foi possível retornar ao campo para mais observações e aplicação de mais enquetes, afim de complementar as análises.

Em tese defendida recentemente e respaldada por dados obtidos no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL), Bortolo (2015, p. 35) afirma que em Londrina há mais de 660 praças, 55 academias ao ar livre, lagos artificiais, dois parques, um bosque, vários centros poliesportivos, dentre outros inúmeros espaços públicos de diferentes tipos e modelos.

Esse montante de espaços públicos em Londrina, do ponto de vista analítico, remete ao seu estatuto jurídico. Duhau e Giglia (2010, p. 393, *italico no original*), na passagem a seguir, comentam sobre o caráter jurídico dos espaços públicos e a respeito da importância de levar isso em conta na análise e compreensão das dimensões urbanas na contemporaneidade:

[...] [E]n lo que respecta a las dimensiones específicamente urbanas, debe destacarse la cuestión del estatuto jurídico del espacio público. Nos referimos a la constitución gradual de una esfera o dominio de lo público urbano como conjunto de espacios jurídicamente públicos, es decir, de libre acceso, bajo jurisdicción del poder público y consagrados al uso de todos [...] y, junto con ello, la conformación de lo que podemos denominar un orden reglamentario urbano [...], como conjunto de reglamentos formales para dicho dominio, que supuso codificar y

2 Essas enquetes foram previamente elaboradas durante as reuniões do grupo de pesquisadores vinculado ao plano analítico sobre espaços públicos do projeto temático FragUrb (“Fragmentação socioespacial brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos”) – financiado pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). A enquete é composta por 12 perguntas: gênero; idade; ocupação; com quem vem ao espaço; de onde vem (bairro, outra cidade, etc.); como vem (carro, moto, a pé, etc.); com que frequência; porque frequenta o espaço; o que gosta e o que não gosta no espaço; se frequenta outros espaços públicos da cidade, quais prefere e o porquê.

reglamentar los usos legítimos de los espacios públicos, lo que implicó establecer horarios, separar funciones y, en muchos casos, simplemente prohibir ciertos usos o actividades en determinados lugares, ya sea confinándolas a otros espacios o simplemente eliminándolas.³

Para os autores (2010, p. 394), há uma mescla e uma interdependência entre espaços públicos e espaços privados. Segundo eles, para compreender a “[...] problemática actual del espacio público es necesario al mismo tiempo tomar en cuenta el plano de las transformaciones normativas (formales e informales), el de las transformaciones funcionales y el de las representaciones simbólicas”⁴. Em outra publicação, Duhau e Giglia (2016) ainda argumentam que a partir de modelos de diversas metrópoles – na América Latina, nos Estados Unidos e na França – que a crise do fordismo tem auxiliado na criação dessas “ordens urbanas”. O que os autores entendem como um sinônimo de “organização social” – ou seja, são cidades produzidas cada vez “mais desconexas e separadas em termos espaciais, sociais e culturais” (LEGROUX, 2021, p. 236).

Essa desconexão e separação, em termos espaciais, sociais e culturais, tem sido denominado de fragmentação socioespacial, processo que está ocorrendo em outras metrópoles latino-americanas e em outras cidades médias no Brasil, como também tem sido estudado e debatido na comunidade acadêmica da área de Geografia há alguns anos (LEGROUX, 2021; PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2001; SPOSITO; SPOSITO, 2020; SPOSITO; GÓES, 2013, 2019) e dentro deste escopo, algumas dessas pesquisas têm se voltado especificamente ao tema do espaço público, focando em diversos sujeitos e grupos sociais que os produzem cotidianamente (GÓES; SPOSITO, 2016; ROXO; GÓES, 2021; STOIAN, 2019).

O processo de fragmentação socioespacial pode ser entendido como um modo de interpretar a segmentação espacial, social e política das cidades, ampliando o conceito de segregação e autossegregação, combinando desconexão física, descontinuidades do tecido urbano, complexificação do modelo centro-periferia e a proliferação dos *shopping centers* e espaços residenciais fechados, em escalas que articulam o local e o global.

São importantes agentes do processo de fragmentação socioespacial, as empresas e as incorporadoras imobiliárias que, por meio de suas escolhas espaciais, condicionam, com maior ou menor intensidade,

3 Em tradução livre: “[N]o que se refere às dimensões especificamente urbanas, deve destacar-se a questão do estatuto jurídico do espaço público. Nos referimos a constituição gradual de uma esfera ou domínio do público urbano como conjunto de espaços juridicamente públicos, isto é, de livre acesso, sob jurisdição do poder público e consagrados ao uso de todos [...] e, junto com ele, a transformação do que podemos denominar de ordem regulamentária urbana [...], como conjunto de regulamentos formais para dito domínio, que supõe codificar e regulamentar os usos legítimos dos espaços públicos, o que implicou estabelecer horários, separar funções e, em muitos casos, simplesmente proibir certos usos ou atividades em determinados lugares, seja confinando-as a outros espaços ou simplesmente eliminando-as”.

4 Em tradução livre: “[...] problemática atual do espaço público é necessário ao mesmo tempo levar em conta o plano das transformações normativas (formais e informais), das transformações funcionais e das representações simbólicas”.

as práticas espaciais dos cidadãos, relacionadas à habitação, mobilidade, lazer e consumo. Trata-se de um processo e uma realidade urbana, dele resultante, engendradas pelos primeiros e agenciadas cotidianamente pelos segundos (GÓES *et al.*, 2019, cap. 2; PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2001; PRÉVÔT-SCHAPIRA; PINEDA, 2008; SPOSITO; GÓES, 2013), que também se caracterizam pela tendência à privatização e a diferenciação, tal como a proliferação de *shopping centers* e espaços residenciais fechados sugere, e que impactam diretamente nos espaços públicos e no reconhecimento do direito à cidade.

É preciso considerar também que os espaços públicos permitem a convivência de sujeitos com interesses distintos, mediante ou não à discussão e construção de acordos e dissensos que se expressam na sociabilidade pública. As permanências, reuniões menos ou mais contestatórias/deliberativas, e encontros banais e efêmeros, programados ou não, entre os sujeitos diferentes nos espaços públicos, também podem constituir exercícios políticos da vida social.

Há heterogeneidade nas práticas espaciais nos espaços públicos, como há heterogeneidade no perfil dos sujeitos que os utilizam. Nesse movimento, que a todo momento, se contradiz e se combina, o espaço público pode ser praticado e transformações podem vir a ser geradas.

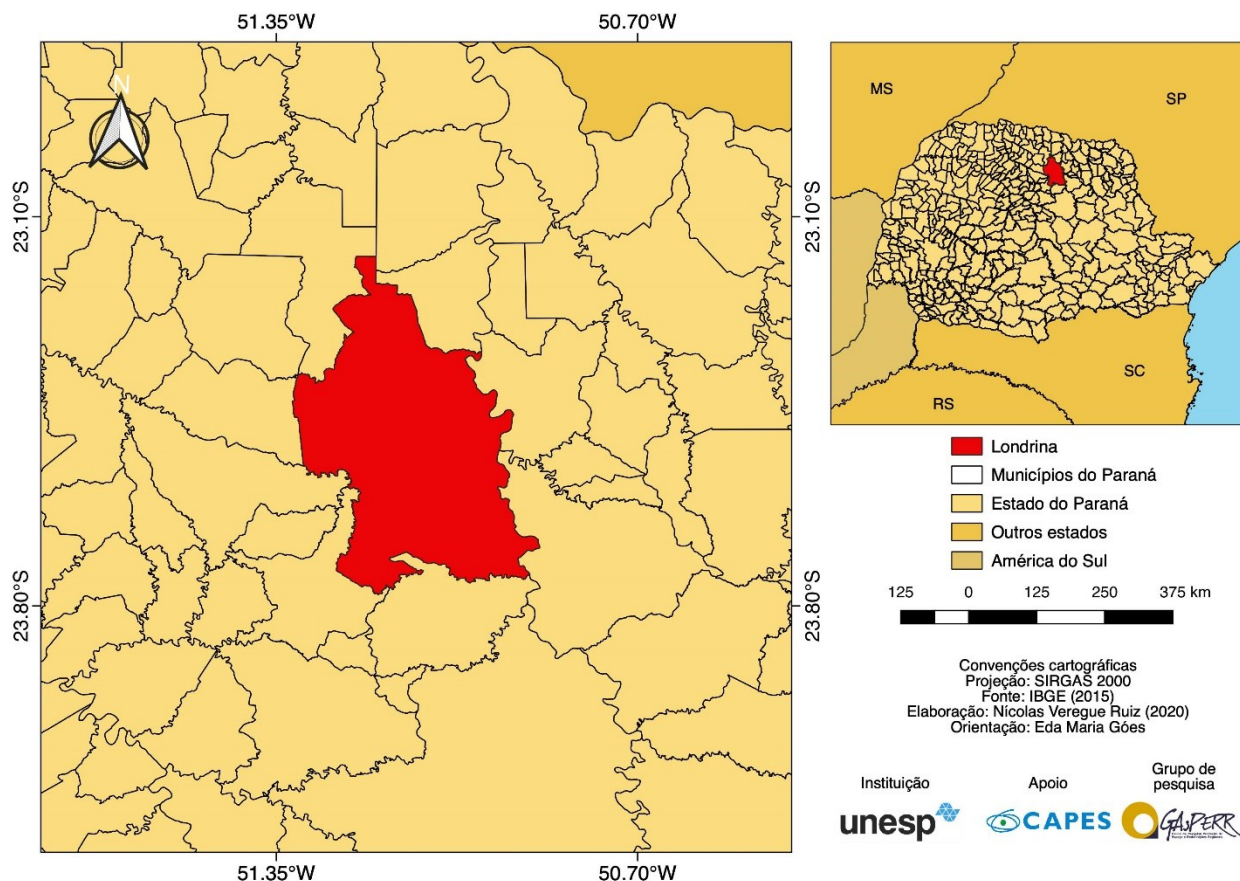
Levando em conta essa fundamentação teórica, esse artigo está dividido em três partes, além da introdução e das considerações finais. Na segunda parte, apresentamos as características da cidade de Londrina, na terceira, elencamos e contextualizamos os dois espaços públicos escolhidos para a pesquisa e na terceira comparamos os conteúdos socioespaciais deles, a partir das enquetes aplicadas que tangem o conceito de fragmentação socioespacial e uma discussão sobre os espaços públicos contemporâneos.

LONDRINA: ESPAÇO, TEMPO E SUA PRODUÇÃO

Londrina é a segunda maior cidade do Paraná, na região sul brasileira (Figura 1), atrás apenas da capital do estado, Curitiba. Conta com 506.701 habitantes, segundo o censo do IBGE de 2010 e 575.373 habitantes conforme estimativa realizada em 2020 (IBGE, 2020). É uma cidade média que tem

importantes papéis vinculados à rede urbana paulista, uma vez que sua origem está associada à expansão cafeeira que se estendeu pelo Planalto Ocidental Paulista (GÓES *et al.*, 2019, p. 37).

Figura 1 – Localização de Londrina/PR



Organizado pelo autor (2020).

Vale destacar que as cidades médias desempenham papéis de intermediação no âmbito das redes urbanas das quais fazem parte. Não apenas porque favorecem a intermediação de relações das cidades locais com as metrópoles, mas por atraírem recursos e propiciarem circulação de capital importante, devido ao contexto de interações espaciais mais densas. Distinguem-se das cidades de porte médio, definidas com base no tamanho demográfico, embora esse aspecto seja considerado, não absoluto (CORRÊA, 2017; GÓES *et al.*, 2019; SPOSITO, 2007).

Londrina foi fundada ao final da década de 1920, pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)⁵ e elevada à categoria de município em 1934 (SILVA, 2013a, p. 203). Essa companhia de capital

⁵ Empresa de capital inglês, criada em 1925, como subsidiária da matriz Paraná Plantations Syndicate Limited. Em 1944, os ingleses deixaram a empresa e a CTNP passou ao controle de um grupo brasileiro de acionistas. A partir de 1951, passou a denominar-se Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) (REGO; MENEGUETTI, 2008, p. 38).

estrangeiro foi responsável tanto pelo projeto, quanto pela execução, primeiramente daquela e depois de outras cidades e núcleos urbanos menores no norte do Estado do Paraná nas primeiras décadas do século XX. Tal empreendimento tinha como objetivo a venda de terras urbanas e rurais, estas então destinadas, majoritariamente, à produção cafeeira (REGO; MENEGUETTI, 2008, p. 37–8; SILVA, 2013a, p. 202–3; ZANON, 2014, p. 62).

Londrina concretizou a expressão do desenvolvimento regional que não apenas caracterizou esta fase inicial (até a década de 1950), mas se sustentou nas décadas de 1960 e 1970, com a modernização da agricultura, o aumento populacional, a industrialização e o fortalecimento do comércio e dos serviços, período no qual vigorou certa imagem de Londrina como “Eldorado” (SILVA, 2013a, p. 207–8).

A industrialização londrinense, acompanhando os desdobramentos do processo nacional, passou a ter mais força nos anos 1960 e 1970, atrelada à agroindústria e ao ciclo cafeeiro que deram origem à cidade e às suas elites. Até os anos 1990, a indústria estava destinada ao beneficiamento de produtos primários. Apenas em meados dessa década, quando a reestruturação produtiva se intensificou no território nacional, passando a incorporar mais efetivamente as cidades médias e integrar-se progressivamente ao capitalismo internacional, Londrina se beneficiou da desconcentração da indústria e passou a receber novas plantas industriais, especialmente oriundas de São Paulo (SAAB; BRAGUETO, 2015, p. 69–83).

A cidade tornou-se um importante centro comercial e de serviços à escala regional, o que pode ser percebido, por exemplo, pela presença maciça de grupos super e hipermercadistas com características e portes distintos, tanto de capital local, que lideram o setor, quanto nacional e internacional. A multiplicação de *shopping centers* na cidade é, igualmente, expressão do papel regional desempenhado (GÓES *et al.*, 2019, p. 29–31).

Nesse sentido, em Londrina, no decorrer de sua história, há uma sobreposição de estruturas espaciais para além do modelo centro-periferia – características das cidades latino-americanas por estruturas espaciais mais complexas – multi(poli)cêntricas. As escolhas espaciais das grandes empresas e as práticas espaciais dos consumidores se interpenetram e se contrapõem em um projeto de cidade reticular e fragmentado. Uma combinação e recombinação contraditória dos interesses dessas empresas, recompondo e influenciando os desejos de consumo dos cidadãos, não apenas do que é consumido (bens e serviços) por eles, mas onde se consome (SPOSITO; GÓES, 2019, p. 124).

Segundo pesquisa realizada em Londrina e em cinco cidades médias paulistas⁶ (SPOSITO; GÓES, 2019, p. 123–4), outros elementos atinentes ao processo de fragmentação socioespacial são relevantes: melhoria das condições socioeconômicas via consumo e diminuição das condições de acesso ao espaço urbano revelada pelas distâncias entre os espaços de morar e os de consumir; crescimento da implantação e da oposição (distância física e barreiras tanto materiais, quanto imateriais) de espaços residenciais fechados dos mais ricos e mais pobres; afastamento espacial dos mais pobres, radicalizado em decorrência da implantação políticas públicas relacionadas à habitação de interesse social; “combinação paradoxal” entre maiores desigualdades na escala da cidade e homogeneidades socioespaciais na escala dos setores que a compõe, revelando a estrutura fragmentada que a caracteriza e a distinção entre as práticas espaciais associadas ao consumo, segundo classes sociais, faixas etárias, grupos e cidadãos.

Arrolados os elementos para a contextualização da cidade de Londrina, são relevantes o conceito de espaço público e a discussão acerca dessa problemática evidenciada na literatura brasileira e estrangeira, além das interpenetrações e as articulações entre os espaços públicos e espaços privados, a multiplicidades de usos daqueles, assunto de que trataremos na próxima seção.

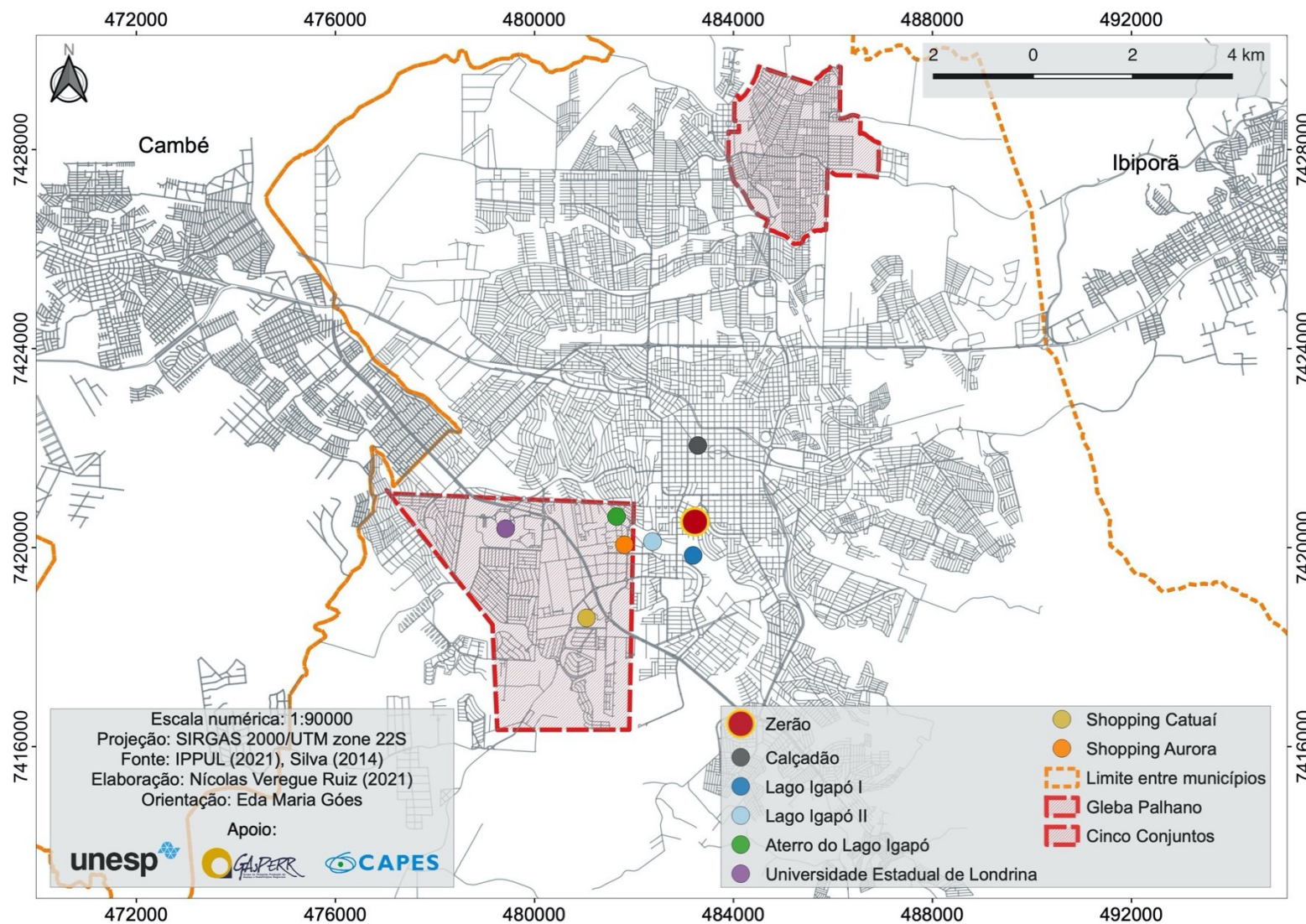
CALÇADÃO E ZERÃO: DOIS ESPAÇOS PÚBLICOS CENTRAIS – IMPLANTAÇÃO, ELEMENTOS E PRODUÇÃO DO ENTORNO

Nesta seção, exploraremos e compararemos as características gerais dos dois espaços públicos analisados neste artigo. Os próximos parágrafos trazem os elementos que os constituem e as contradições que surgem a partir dos seus usos e funções, olhando para a produção desses espaços e de seus entornos.

O calçadão é uma rua de pedestres localizada no centro histórico da cidade e a área de lazer Luigi Borghesi – conhecida popularmente como Zerão – é um parque público também localizado no centro (Figura 2). Além de estarem no centro da cidade, os dois também fazem parte de contextos temporais semelhantes, com uma diferença de menos de dez anos entre suas implantações: o primeiro foi inaugurado no final dos anos 1970 e o segundo, no início dos anos 1980.

⁶ Marília, São Carlos, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto no Estado de São Paulo.

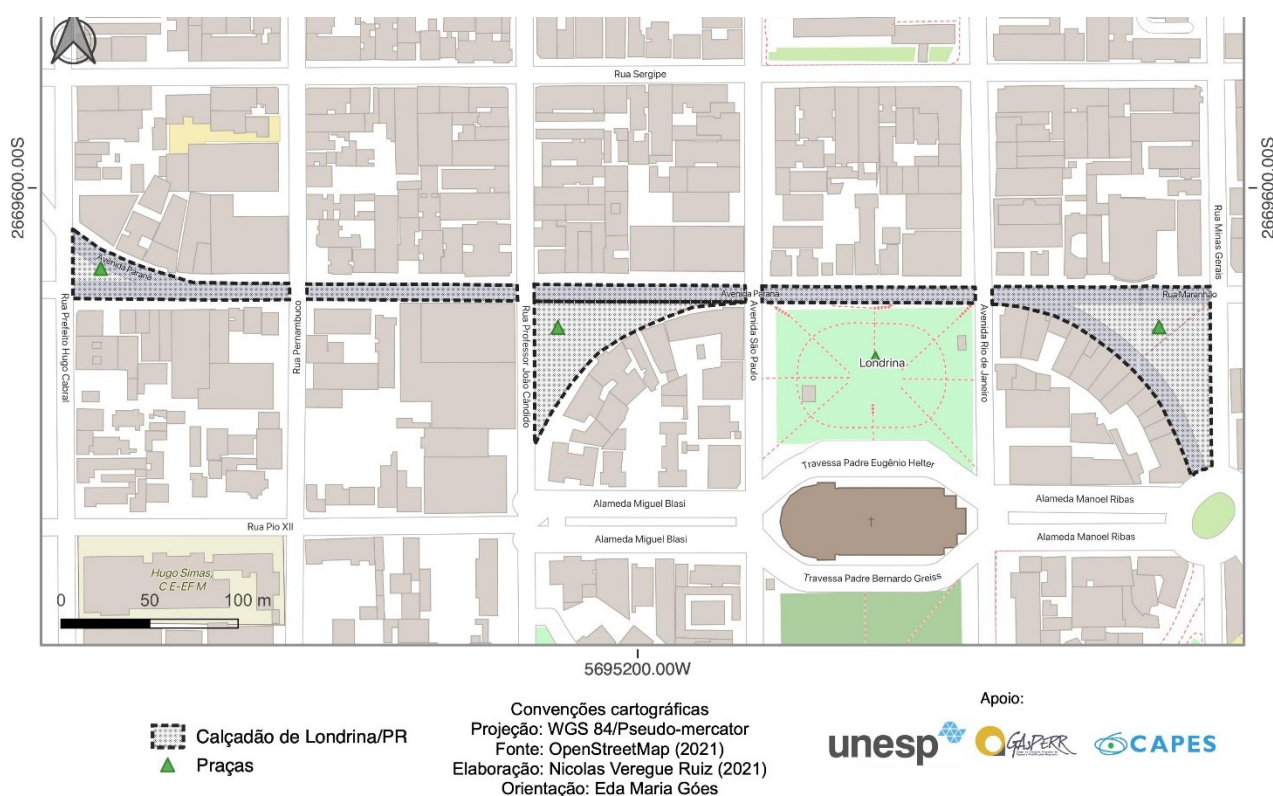
Figura 2 - Localização do calçadão e do Zerão em Londrina



O projeto arquitetônico do calçadão foi elaborado pelo arquiteto e urbanista Jaime Lerner e seguia os moldes da Rua XV de Novembro em Curitiba, capital do Estado do Paraná, configurando uma via exclusiva para pedestres e atividades comerciais e é o resultado o calçamento da Avenida Paraná. Quatro praças ao longo do calçadão também o compõe (SCUDELLER, 2016, p. 15; ZANON, 2014, p. 94).

O início do calçadão está na esquina da Rua Prefeito Hugo Cabral (Praça Jorge Danielidades) e a outra ponta na Rua Minas Gerais (Praça Willie Davids). Na terceira quadra, há a Praça Gabriel Martins e, na quarta, a Praça Marechal Floriano Peixoto (GUEDES, 2018, p. 48; ZANON, 2014, p. 94), conhecida popularmente como Praça da Bandeira (Figura 3).

Figura 3 – Localização do calçadão em Londrina, em detalhe



Fonte: OpenStreetMap (2021). Elaborado pelo autor (2021).

Já a produção do entorno do Zerão está relacionada à implantação do que viria a ser outro espaço público importante contíguo: o Lago Igapó. Alguns anos antes da implantação daquele em 1980, o Lago Igapó⁷ (conferir mapa da Figura 2) tinha sido idealizado e criado ao final dos anos 1950⁸ como

⁷ Na língua tupi significa “transvasamento de rios” (BORTOLO, 2010, p. 73).

⁸ Foi inaugurado em comemoração do jubileu de prata (25 anos) da cidade – 10 de dezembro de 1959 (BORTOLO, 2010, p. 100).

solução para o problema de drenagem do Ribeirão Cambé que corta a porção sul da cidade. Além da solução daquele problema técnico, outro motivo para o represamento foi criar uma área pública de lazer (seu entorno) em um período em que essa opção era ofertada apenas por clubes privados e associações esportivas daquele período (OLIVEIRA, 2018, p. 65).

Assim, foi reconhecida “a necessidade de oferecer um local público de lazer para a população” e o “objetivo da classe dominante (...) era justamente introduzir a “natureza” na vida social dos londrinenses”, não de uma maneira espontânea, como faziam os moradores de classe social mais baixa, mas de modo ordenado, planejado e por meio de uma obra que conferisse *status* de modernidade à cidade⁹ (OLIVEIRA, 2018, p. 65).

Alguns desses aspectos se combinam com as obras de implantação do calçadão que representaram, naquele período, o início de uma série de investimentos que buscavam a reestruturação para a área central da cidade, predominantemente comercial e que concentrava os principais serviços urbanos (SILVA, 2013b, p. 245).

O centro e particularmente o calçadão se configuraram como espaço de consumo e lazer, de encontros, passeios com a família, em escala regional. Uma área prioritária para recebimento de inovações: marcas, consumo de tecnologia, cultura – por meio de cinemas e teatros. Essa característica tornou o preço da terra bastante elevado, o que produziu a partir dos anos 1960, um célere processo de verticalização, visando maximizar o aproveitamento da centralidade da área (SILVA, 2013b, p. 245).

A implantação do Zerão (Figura 4), vinte anos depois do Lago Igapó¹⁰, no início dos anos 1980, foi o resultado da urbanização e saneamento que transformou o antigo Vale do Leme e permitiu muitas possibilidades de contato com a natureza, o que agregou e ainda agrega amenidades aos eventos que ocorrem ali. É um diferencial bastante direto em relação ao calçadão de Londrina, onde apenas as

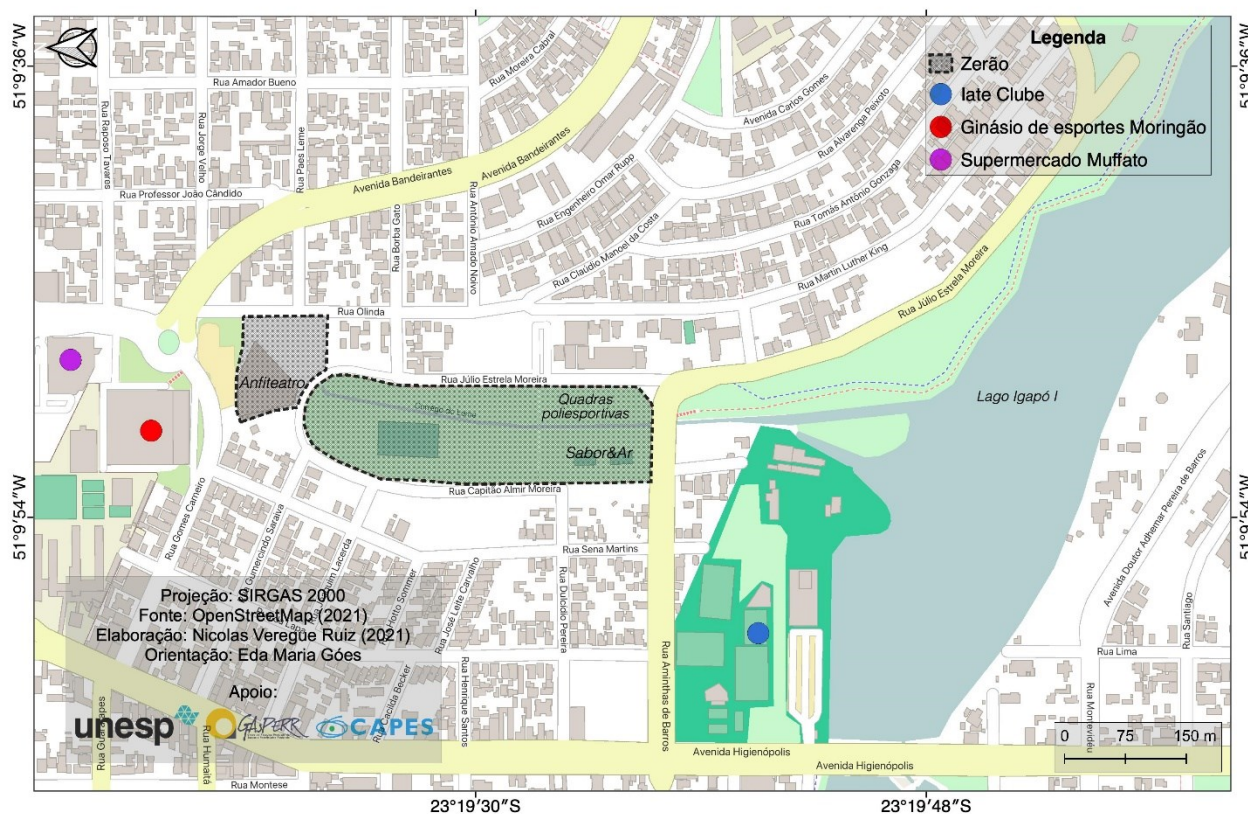
9 A ideia da construção de um lago teve inspiração na Lagoa da Pampulha em Belo Horizonte/MG e no Lago Paranoá em Brasília/DF e revelava o esforço de integrar Londrina ao ideário modernista e ao movimento de vanguarda brasileiro (BORTOLO, 2010; OLIVEIRA, 2018). Ainda segundo Oliveira (2018, p. 91), o conjunto de lagos do Ribeirão Cambé é considerado um lago único, o Igapó, que foi fracionado em quatro porções. Por esse motivo, é comum a utilização do nome “Igapó” para fazer referência aos lagos em geral, e caso se queira tratar de alguma das porções em específico, adiciona-se um numeral (Lago Igapó I, II, etc.).

10 De acordo com o projeto e com o que foi executado, o Igapó I tem margens bastante distintas: à esquerda é dotado de equipamentos e acesso dos cidadãos e à direita, a margem é ocupada exclusivamente por residências de alto padrão, edificadas em grandes lotes (BORTOLO, 2010, p. 72 e seguintes; OLIVEIRA, 2018, p. 64 e seguintes). Tanto o lago e o aterro (elementos que compõem o Igapó II) têm se mostrado importantes no processo de valorização imobiliária do seu entorno, experimentando significativas mudanças que diferenciam esse espaço dos demais espaços da cidade. Em conjunto, até os anos 2000, sua margem direita (porção sul) se apresentava predominantemente ocupada por pequenas chácaras ou coberta por massa vegetal, quando foi dado início a um processo de verticalização que a caracteriza como a área de expansão urbana mais expressiva e valorizada da cidade (OLIVEIRA, 2018, p. 93 e seguintes).

praças e algumas árvores estão presentes. No caso do Zerão, a proximidade com o Lago Igapó é marca presente e visível.

A proposta inicial de criação do Zerão foi de cunho essencialmente ecológico, com preservação da natureza na área. Posteriormente, em especial, devido à valorização imobiliária do entorno, se despertaram outros interesses, o que resultou em mudanças sucessivas na paisagem urbana de Londrina (MARTINS, 2011)

Figura 4 – O Zerão em Londrina, em detalhe



Fonte: OpenStreetMap (2021). Elaborado pelo autor (2021).

O parque compreende uma área arborizada com plantas nativas e exóticas¹¹, com 1048m de extensão de pista exclusiva para pedestres. Em 1988, foi construído o anfiteatro, projetado pelo arquiteto londrinense Luis César da Silva. A edificação tem formato de leque, com as arquibancadas ocupando

¹¹ Algumas das plantas e árvores estão com placas mencionando o nome científico, a família, a origem, o habitat natural e o estado de conservação, além de um QR code para mais informações a respeito. Segundo informações contidas nas placas, esse projeto foi executado com recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal e tem apoio de ONGs da cidade e da Universidade Estadual de Londrina.

a encosta do fundo de vale. Com aproximadamente 13m de profundidade e 27m de largura, a área do palco é coberta, tendo ao fundo, um conjunto de camarins. No subsolo do palco, há outro anfiteatro destinado aos ensaios de apresentações culturais (MARTINS, 2011, p. 75). O parque ainda possui campos de futebol/gramado, parquinho/local lúdico, três quadras poliesportivas e a pista de corrida/caminhadas. Há ainda um espaço gastronômico privado chamado Sabor&Ar.

Oficialmente, o Zerão está localizado no Jardim Higienópolis. Embora esse bairro faça parte do centro da cidade, essa referência, do ponto de vista da interpretação, é relativa e deve ser problematizada, uma vez que o Zerão e os espaços públicos contíguos, como os arredores do Lago Igapó, como vimos nos parágrafos anteriores, se inserem no contexto econômico e social dos setores sul e oeste de Londrina.

Durante as décadas seguintes, as áreas do entorno do Lago Igapó foram sendo ocupadas. O poder público local juntamente com os agentes privados (proprietários fundiários, incorporadores e incorporadores imobiliários) atuaram na elaboração de leis, dotação de infraestrutura (vias de acesso), melhorias e benfeitorias (BORTOLO, 2010, p. 130 e seguintes).

Amorim (2015, p. 73) observa que a consolidação do ‘vetor’ sudoeste de valorização imobiliária ocorreu com o surgimento posterior dos “espaços residenciais fechados” – nas extremidades da área – e de edifícios residenciais de alto padrão na margem direita do Lago Igapó, nos últimos vinte anos, o que permite concluir que ela é “especialmente fragmentada, afastada da área central e associada a amenidades ambientais” (como o Zerão e Lago Igapó), contando com “equipamentos comerciais e centros de consumo de grande porte” (Shopping Catuaí, Carrefour, Aurora Shopping...).

A partir da década de 1990, o setor sudoeste tornou-se uma área de intensa atividade imobiliária¹², despertando o interesse de grandes construtoras, incorporadoras e loteadoras. Embora, por definição oficial, exista o “bairro Palhano” (conferir mapa da Figura 5) são diversos bairros unidos¹³ sob essa denominação no imaginário popular e nas estratégias de *marketing* do mercado imobiliário. A expressão “Gleba Palhano” tornou-se uma “marca conceitual” utilizada para denominar os empreendimentos horizontais e verticais de alto padrão na cidade¹⁴ (AMORIM, 2015, p. 137–142; SILVA, 2014, p. 154 e seguintes).

¹² Importantes obras de infraestrutura urbana pública tiveram papel nesse processo.

¹³ A saber: os bairros Universidade, Palhano, Guanabara, Esperança e Vivendas do Arvoredo (SILVA, 2014, p. 154 e seguintes).

¹⁴ Os condomínios de alto padrão estão localizados apenas nos bairros Guanabara e Palhano, não em toda a “Gleba Palhano”, apenas em uma porção do espaço de cada um destes bairros, mais especificamente entre o Lago Igapó II e a rodovia PR-445 (SILVA, 2014, p. 154 e seguintes).

Levando em conta essas estratégias lucrativas na produção da cidade, que tangem os agentes públicos e privados, o entorno do Zerão é caracterizado pela presença de condomínios verticais e horizontais fechados, chamados “enclaves fortificados” por Caldeira (2000), e estabelecimentos comerciais, bastante valorizadas do ponto de vista do seu valor econômico e do público alvo, portanto, do seu *status*.

Ainda que em Londrina esteja em curso o processo de fragmentação socioespacial, como apontado anteriormente, não significa necessariamente, que o centro e consequentemente o calçadão da cidade estejam passando por um processo de gentrificação, como aponta Silva (2013b) em artigo publicado sobre o centro de Londrina.

De uma maneira muito direta, Silva (2013b, p. 249, grifos nossos), analisando esse espaço público e seu entorno, comenta sobre as reformas ocorridas nele nos últimos anos e aponta uma suposta “gentrificação do centro de Londrina” que pode ser problematizada, segundo nosso ponto de vista. Em suas palavras, essas intervenções

são bastante próprias de **processos de gentrificação, concretizados** com a **retirada** de equipamentos que propiciam a permanência de pessoas nos espaços públicos, como os bancos e o coreto, que serviam de esconderijo de moradores e crianças de rua. [...] A **permanência constante** de **unidades policiais** também serve para demarcar os novos usos dos espaços **inibir a presença dos “indesejáveis” moradores de rua**.

Em linhas gerais, o processo de gentrificação corresponde a um processo de elitização gradativa (ou renovação do conteúdo social) dos espaços urbanos, de modo que as classes mais pobres sejam retiradas/desalojadas e substituídas por grupos oriundos de classes mais ricas, além de uma reabilitação física (urbanística) dessas áreas (RIBEIRO, 2018, p. 1337–8). É relevante levar em conta que o processo de gentrificação é um modelo explicativo ancorado em realidades europeias e estadunidenses¹⁵.

Para realizar tal afirmação, o autor (SILVA, 2013b) poderia ter apresentado análises mais aprofundadas e contextualizadas sobre a questão. Suas colocações e argumentos destoam das observações nos trabalhos de campo que fizemos no calçadão. Certamente, os conteúdos sociais do centro e do calçadão estão em constante transformação, conforme as centralidades de Londrina, os usos e as funções daquele,

¹⁵ Não é o foco deste artigo se aprofundar neste conceito, embora se saiba que há linhas teóricas-conceituais ora divergentes, ora convergentes acerca dessas discussões. Para tal ampliação, conferir o artigo de Ribeiro (2018).

combinadas às práticas, as escolhas socioespaciais e os deslocamentos dos cidadãos em suas atividades cotidianas.

Entretanto, afirmar que o centro e o calçadão têm enfrentado esse processo de enobrecimento e substituição de seus conteúdos sociais é não contextualizar e situar parte do que aconteceu ao longo da história da cidade, desde os aspectos mais gerais, como a conformação de uma estrutura multi(poli)cêntrica e aspectos relacionados ao conteúdo socioespacial como presença de moradores de rua e os incômodos gerados a partir disso, retirada dos vendedores ambulantes, policiamento, reforma, retirada dos bancos para sentar e dos quiosques, troca dos pisos, etc. Tais aspectos não são suficientes para corroborar a hipótese formuladas pelo autor e subestimam a capacidade dos cidadãos de contestar interdições com suas práticas espaciais e, assim, apesar delas, utilizar o espaço em suas trajetórias na cidade.

O exemplo problematizado no parágrafo anterior demonstra que para analisar não só o calçadão como o Zerão, como produtos e produtores de espacialidades e temporalidades, implica em reconhecer que a todo tempo estão sendo transformados e ressignificados por seus atributos e entornos. São espaços juridicamente públicos dentro de um contexto urbano fragmentado e cindido, que podem ser compreendidos a partir de uma perspectiva mais aberta daquela e dessa noção/concepção, para tanto, é necessária uma aproximação com os cidadãos e suas práticas espaciais. Ou seja, é necessário olhar para os tipos de usuários que frequentam esses espaços (quantos e quantas vezes na semana) e os meios de transporte que utilizam para acessá-los (como), dentro de um contexto maior de fragmentação socioespacial. São esses cidadãos que os produzem e praticam esses espaços públicos aqui pesquisados, dentre outros, públicos e privados, paralelamente aos demais agentes sociais que também produzem e praticam a cidade. É o que faremos na próxima seção.

COMPREENDENDO A RELAÇÃO ENTRE FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E ESPAÇO PÚBLICO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

O antropólogo catalão Manuel Delgado (2011) traça um importante panorama sobre o conceito de espaço público, analisando os discursos políticos e urbanísticos das últimas décadas. Segundo o autor, as contradições do uso e do poder explicativo desse conceito não ficam evidentes e não são problematizados na literatura em questão. Os valores civis, morais e a urbanidade também são referenciais atrelados a essa discussão.

Delgado (2011, p. 22–4) ainda caracteriza os espaços públicos como derivados da dimensão política da modernidade e da social-democracia burguesa, praticados, estabelecidos e perpetuados, pela classe dominante e pelo Estado. O objetivo de sua produção seria o esmaecimento e camuflagem das desigualdades e das assimetrias socioespaciais. Tal dominação e controle difuso de classe não é violenta, mas consentida, direta ou indiretamente, pelos dominados, o que se conecta com o que é proposto por Henri Lefebvre, segundo Whitacker e Miyazaki (2012, p. 312), quando refletem sobre as formas urbanas.

Para os autores, as formas urbanas, em nosso caso os espaços públicos, além de seu habitual sentido plástico e geométrico, abarcam a complexidade de elementos que constituem o espaço urbano produzido. Nas suas palavras: “a forma urbana expressa uma ideologia e uma expressão empiricizada de poder sobre a cidade” (WHITACKER; MIYAZAKI, 2012, p. 312).

Os espaços públicos são produzidos a partir da mediação entre sociedade e civilidade (Estado). Tais esferas coexistem num plano que interpenetra e recombina diferenças e contradições, características próprias da sociedade, profundamente desigual socioespacialmente e os princípios democráticos, disciplinadores e civis, baseados em leis e normas do Estado que controla difusamente esses espaços. Assim, o espaço público comporta a materialização da ideologia, de modo que as ações materiais presentes nas práticas socioespaciais dos cidadãos sejam reguladas por rituais, definidos pelo aparato ideológico (DELGADO, 2011, p. 24–7).

No que se refere à questão da crise ou regressão dos espaços públicos contemporâneos (SERPA, 2007), corroboramos com as considerações de Souza (2018, p. 187). O autor defende que as finalidades daqueles mudaram, entendendo e concordando com a ideia de que há uma multiplicidade de novos usos e apropriações desses espaços e não, diretamente, declínio, crise ou regressão.

Gomes (2018, p. 117), na mesma perspectiva de Souza (2018), critica a visão idealista, romântica e até utópica de alguns geógrafos e de sua produção científica sobre a temática, a respeito da crise ou regressão dos mesmos. Sobre isso, o autor complementa:

A dificuldade desses autores é trabalhar fora da referência fantasiosa dos modelos utópicos. Os sintomas de uma destruição por eles apontados podem ser lidos como publicização dos problemas que esses espaços colocam em jogo ou fazem aparecer. A única verdadeira ameaça a eles consiste nas ações que comprometem a publicidade, ou seja, as regras que os estabelecem, a capacidade de gerar exposição e condições comunicacionais. (GOMES, 2018, p. 117)

Devemos atentar também para a necessária diferenciação entre espaço público e vida pública, uma vez que a vida pública ou a realização da esfera pública da vida social e política não é vivenciada somente

em espaços públicos, uma vez que ela pode se efetivar em ambientes privados, ainda que de acesso e uso coletivo, como os *shopping centers*. No que concerne aos ambientes privados mencionados, sobretudo os *shoppings centers*, há uma direta regulamentação e controle vertical e unilateral do que é e o que não é esperado no seu bojo de possibilidades subjetivas e objetivas, que limitam a efetivação da esfera pública. Ao mesmo tempo, nos espaços públicos, em que as condições para a realização da esfera pública são, em tese, plenas, ela também pode ser interceptada por práticas de controle, seja do poder público, seja da iniciativa privada, que inviabilizam o seu pleno acontecer (GÓES; SPOSITO, 2016).

Estas múltiplas possibilidades clarificam, a intensa articulação entre o público e o privado, mais que isso, uma efetiva interpenetração entre tais dimensões que ampliam o desafio que se apresenta para análise dessas dimensões. Além disso, para Duhau e Giglia (2008), há uma preferência cada vez maior pelos espaços privados, que converge com as tendências a privatização, evidenciada pela reprodução dos muros dos espaços residenciais fechados, caracterizada por Caldeira (2000), como “cidade de muros”. Assim se constata, além da articulação entre público e o privado, outros processos que evidenciam a importância das relações entre as mudanças nos espaços públicos e o processo de fragmentação socioespacial.

Uma questão relevante para compreender a relação entre fragmentação socioespacial e espaços públicos é o local de moradia e os meios de transportes utilizados pelos cidadãos para acessá-los. Essa compreensão, ainda que exploratória e que poderá ser melhor desenvolvida em pesquisas futuras, foi construída a partir da aplicação de enquetes, conforme explicitado nos parágrafos iniciais.

De acordo com os resultados das nossas enquetes, conforme é demonstrado nas Figuras 5 e 6, ambos os espaços exercem um poder de atração nos cidadãos respondentes, ou seja, atraem sujeitos que moram tanto na área central, como em outras áreas da cidade. No caso do calçadão, a maioria dos respondentes (32%) disse que reside no centro ou em algum dos bairros que compõem o centro. O mesmo ocorre com os respondentes do Zerão, 42% dos frequentadores.

De bairros mais distantes e fora do centro (mais de 2 km de distância), no calçadão, 19% mencionaram que residem na zona norte, 13% na zona leste, 6% na zona oeste e 3% na zona sul. O Zerão, embora faça parte do centro, está mais próximo das zonas sul e oeste, o que facilita, em certa medida, os deslocamentos dos cidadãos residentes desde esses setores da cidade até o parque. Essa proximidade do Zerão com tais setores compareceu nas respostas das enquetes da seguinte proporção: 24% e 13%, respectivamente, compondo 36% dos respondentes. Dos setores leste e norte, os cidadãos que responderam que residem nesses bairros, formam, 16% e 4%, respectivamente.

Dos cidadãos que mencionaram que vinham de cidades vizinhas, no caso do calçadão, 26% disseram que vêm de Cambé, Ibiporã e Jataizinho. São respostas que juntas compõem a segunda faixa de respondentes. Quando falamos dessas três cidades, é importante levar em conta as distâncias entre elas: em torno de 13-15 km entre o calçadão de Londrina e Cambé, o calçadão de Londrina e Ibiporã e entre 20-25 km entre Jataizinho e o calçadão de Londrina. No Zerão, todavia, apenas Cambé apareceu uma vez como cidade de residência do cidadão.

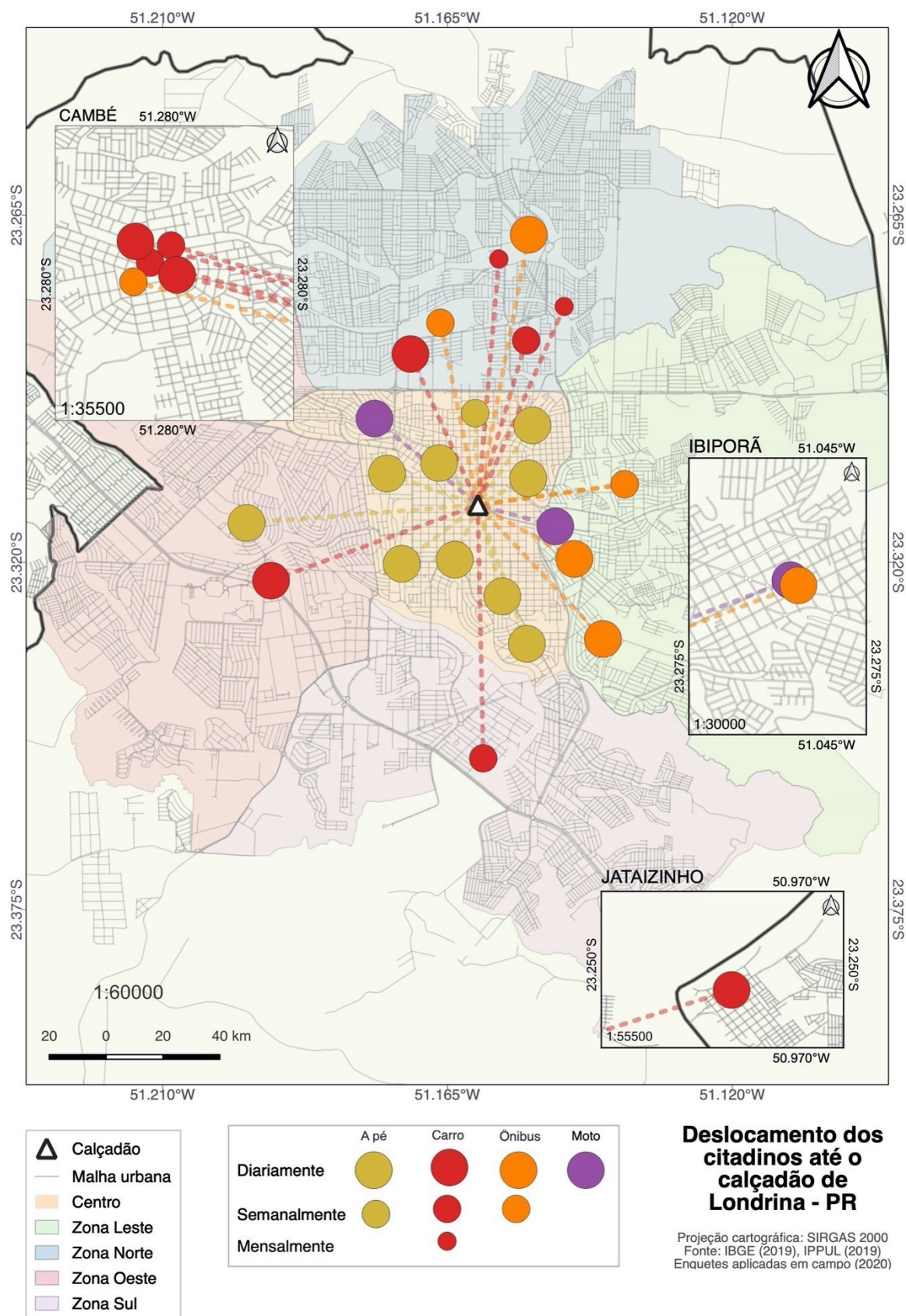
Um fator que também é relevante é o meio de transporte utilizado para chegar aos dois espaços públicos. Dos usuários que moram no centro, apenas um disse que utiliza motocicleta para chegar ao calçadão, o restante mencionou que vem a pé. Dos respondentes que vêm de bairros fora do centro e das cidades vizinhas já citadas no parágrafo anterior, mais da metade (52%) disse que vem ao calçadão de carro, seguido de ônibus (33%), motocicleta (10%) e a pé (5%). Nenhum dos respondentes mencionou a utilização de bicicleta para ir ao calçadão.

A respeito do Zerão, dos cidadãos que residem no centro, 57% vai ao espaço a pé e o restante (43%) de carro. Dos que residem em bairros fora do centro, a maioria (84%) vai ao espaço de carro e o restante vai a pé ou de bicicleta, com 9% e 6% dos cidadãos, respectivamente. Nenhum dos respondentes mencionou que utiliza motocicleta e poucas vezes em que alguns cidadãos mencionaram que utilizavam ônibus, não era o principal meio de transporte (ou alternados).

A questão da distância e acessibilidade também estão relacionados com a frequência do uso nos dois espaços públicos pesquisados. Quando o cidadão respondeu que vai ao calçadão ou Zerão três ou mais vezes, então consideramos que frequenta diariamente. Se respondesse uma ou duas vezes na semana, semanalmente. Se frequenta uma ou duas vezes ao mês, mensalmente.

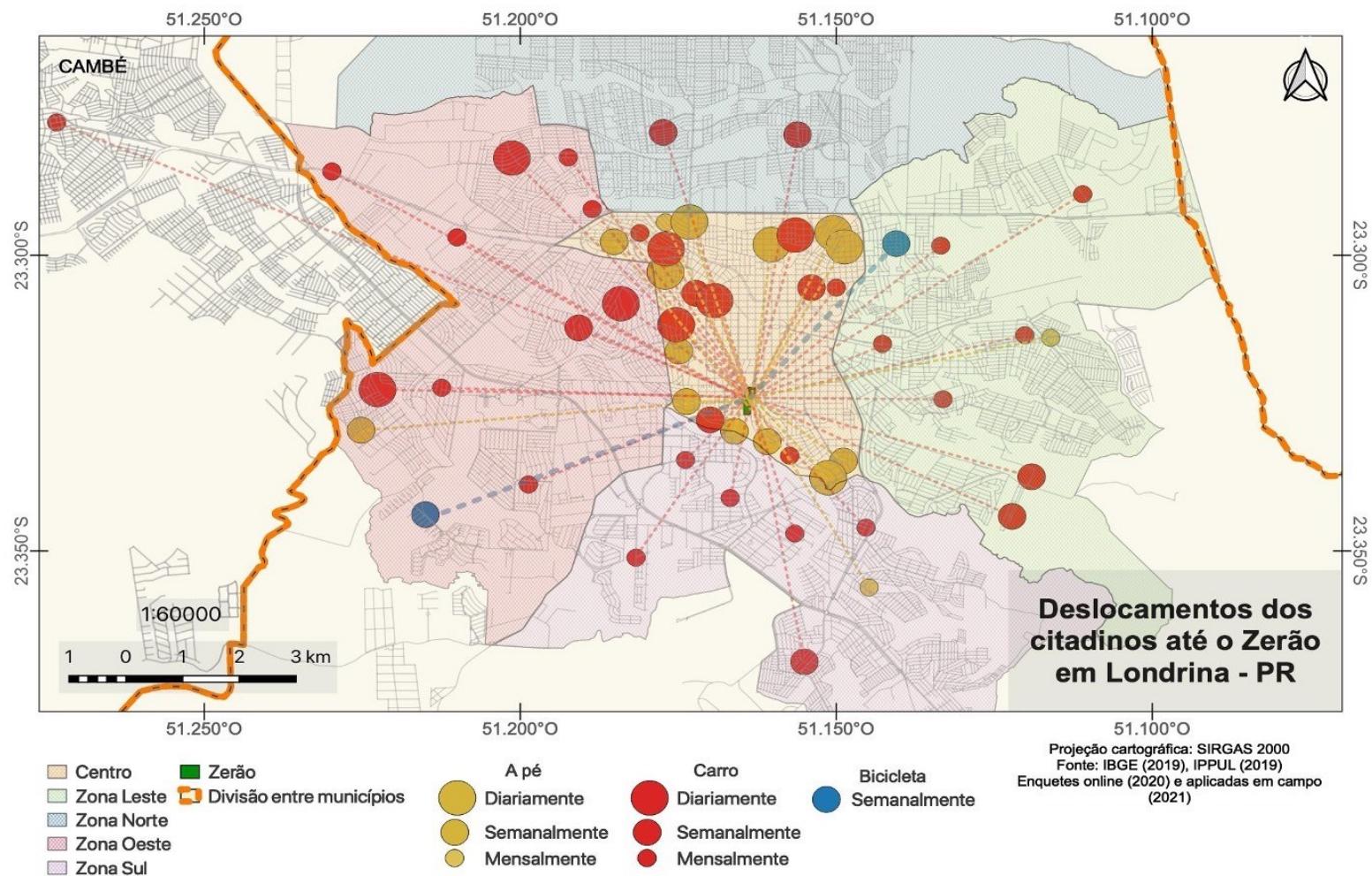
No calçadão, os que frequentam diariamente compõem 68% dos respondentes, seguidos dos que frequentam semanalmente (26%) e mensalmente (6%). Fazendo o recorte entre a frequência e local de moradia, temos o seguinte cenário: dos que moram no centro, 90% vai ao calçadão diariamente e 10% semanalmente. Os cidadãos que moram distantes do centro ou moram nas outras cidades vizinhas já citadas, a distribuição é a seguinte: 57% vai ao calçadão diariamente, 33% semanalmente e 10% mensalmente.

Figura 5 – Deslocamentos dos cidadãos até o calçadão de Londrina



Elaborado pelo autor (2021). Orientado por Eda Maria Góes (2021).

Figura 6 – Deslocamentos dos cidadãos até o Zerão em Londrina



Elaborado pelo autor (2021). Orientado por Eda Maria Góes (2021).

De modo geral, a frequência no Zerão acontece da seguinte maneira: 44% frequentam mensalmente, 33% semanalmente e 24% diariamente. Fazendo o recorte por local de moradia e frequência no parque, temos: residindo no centro, 43% frequentando o Zerão, diariamente, 39% frequenta semanalmente e mensalmente, 17%. Residindo em áreas fora do centro, temos: 63% frequentando o Zerão mensalmente; 28%, semanalmente e 9%, diariamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As funções e elementos presentes nos dois espaços são diversos e atraem diferentes sujeitos para atividades diversificadas. Uma via de pedestres e um parque público são apropriados e têm suas práticas realizadas pelos cidadãos de maneiras diferentes. Entretanto, olhando para os resultados das observações e das enquetes, eles podem sugerir uma diversidade de usuários de diferentes localidades e essas diferenças e sobreposições compõe uma vida pública singular na cidade de Londrina.

Os resultados das enquetes aplicadas no Zerão sugerem um uso mais intensivo de cidadãos residentes do centro, e dos setores oeste e sul, diferentemente dos resultados do calçadão, que tem um uso intensivo tanto de moradores do centro (a pé), como de moradores de outras áreas da cidade (de carro, moto e ônibus). Embora a presença de cidadãos de bairros mais distantes do centro no Zerão (mais de 2 km de distância) não pode e não deve ser desconsiderada.

Comparativamente, o que chama nossa atenção é a presença de apenas um respondente de Cambé no Zerão, ao contrário do que aconteceu com as enquetes aplicadas no calçadão que compareceu também cidadãos residentes de outras duas cidades, Ibiporã e Jataizinho.

Nos parágrafos anteriores, foram realizadas comparações entre os conteúdos socioespaciais do calçadão e do Zerão, a partir da aplicação de 86 enquetes exploratórias acerca desses espaços. O foco dessas comparações foram os deslocamentos, os meios de transporte e os locais de moradia dos cidadãos que os utilizam. Isso nos auxiliou a refletir sobre a fragmentação socioespacial em Londrina e a relação desse processo em curso com a produção e apropriação dos espaços públicos. Em suma, os referidos espaços são utilizados pelos cidadãos (não por todos e não de todos os setores da cidade), ou seja, não estão “abandonados”.

Quando pensamos na capacidade de abertura ao inesperado, na pluralidade de práticas e nos encontros que ocorrem nos espaços públicos, devemos pensar que eles estão sendo ocupados e vivenciados de alguma maneira e para fins que não necessariamente foram aqueles planejados pelo poder público

municipal por meio de engenheiros, arquitetos e urbanistas de um determinado tempo e da ideologia de uma sociedade.

São sempre relevantes e desafiadoras as discussões que destaquem que esses espaços estão sendo produzidos e alterados cotidianamente pelos cidadãos em suas práticas, que envolvem discursos e imaginários, e também por outros agentes sociais que produzem contraditoriamente a cidade – dentro de um modo e modelo de produção capitalista na sua vertente mais extrema, a do neoliberalismo, e que restringe e/ou direciona o direito à cidade, tal como se evidencia pelo avanço do processo de fragmentação socioespacial.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

REFERÊNCIAS

AMORIM, W. **A produção imobiliária e a reestruturação das cidades médias: Londrina e Maringá/PR**. Presidente Prudente: Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015.

BORGES, S. Espaço político e tensão democrática: os protestos recentes e a potência política das ruas. **Geografares**, n. 26, p. 162–181, 2018.

BORTOLO, C. A. **Produção e apropriação de espaço livre público: o lago Igapó - Londrina - PR**. Londrina: Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Londrina, 2010.

BORTOLO, C. A. **A dinâmica dos espaços públicos de Lazer em cidades da aglomeração urbana de Londrina - PR**. Maringá: Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá, 2015.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CORRÊA, R. L. Cidades médias e rede urbana. In: SILVA, W. R.; SPOSITO, M. E. B. (Eds.). **Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e das cidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 29–37.

DELGADO, M. **El espacio público como ideologia**. Madrid: Catarata, 2011.

DUHAU, E.; GIGLIA, A. **Las reglas del desorden: habitar la metropoli**. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 2008.

DUHAU, E.; GIGLIA, A. El espacio publico en la ciudad de México. De las teorías a las practicas. In: GARZA, G.; SCHTEINGART, M. (Eds.). . **Desarrollo urbano y regional**. Cidade do México: El Colegio de México, 2010. p. 389–448.

DUHAU, E.; GIGLIA, A. **Metrópoli, espacio publico y consumo**. Cidade do México: FCE, 2016.

GÓES, E. M. et al. **Consumo, crédito e direito à cidade**. Curitiba: Appris, 2019.

GÓES, E. M.; SPOSITO, M. E. B. Práticas espaciais, cotidiano e espaço público: o consumo como eixo da análise do calçadão de Presidente Prudente - SP. **Revista da Anpege**, v. 12, n. 19, p. 39–65, 2016.

GOMES, P. C. C. Espaço público, espaços públicos. **GEOgraphia**, v. 20, n. 44, p. 115–119, 2018.

GOMES, P. C. C.; RIBEIRO, L. P. Espaços públicos como lugares da política. **Geografares**, n. 26, p. 5–11, 2018.

GUEDES, S. M. **O calçadão de Londrina no ensino de História: pluralidades e apropriações de professores**. Londrina: Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Londrina, 2018.

IBGE. **Londrina**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/londrina/panorama> Acesso em: 1 set. 2020.

LEGROUX, J. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. **Caminhos de Geografia**, v. 22, n. 81, p. 235–248, 2021.

MARTINS, S. M. B. **Impactos no uso das cidades: a violência no uso dos espaços públicos de Londrina - PR (Zerão, Igapó I e Igapó II)**. Londrina: Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Londrina, 2011.

OLIVEIRA, C. S. **Lago Igapó II, Londrina (PR): natureza, história e afeto no campo do patrimônio cultural**. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2018.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, M.-F. Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades. **Perfiles latinoamericanos**, v. 9, n. 19, p. 33–56, 2001.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, M.-F.; PINEDA, R. C. Buenos Aires: La fragmentación en los intersticios de una sociedad polarizada. **EURE**, v. 34, n. 103, p. 73–92, 2008.

REGO, R. L.; MENEGUETTI, K. S. O território e a paisagem: a formação da rede de cidades no norte do Paraná e a construção da forma urbana. **Paisagem e Ambiente**, n. 25, p. 37–54, 2008.

RIBEIRO, T. F. Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil. **Revista de Direito da Cidade**, v. 10, n. 3, p. 1334–1356, 2018.

ROXO, R.; GÓES, E. M. Fragmentação socioespacial, espaço público e hip-hop: as batalhas de MCs em Ribeirão Preto/SP. **Caderno de Geografia**, v. 31, n. 66, p. 889–917, 2021.

SAAB, T. B.; BRAGUETO, C. R. Industrialização do município de Londrina-PR: processo inicial e transformações recentes. **Geografar**, v. 10, n. 2, p. 62–87, 2015.

SCUDELLER, B. P. **Mudanças no consumo/mudanças no espaço urbano: lojas populares, centros tradicionais e vendas pela internet nos anos 2000**. Presidente Prudente: Relatório parcial (Iniciação Científica - FAPESP), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (Não publicado), 2016.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, A. L. **Edifícios de alto padrão e as estratégias de venda dos agentes imobiliários. Um estudo de casos: Ecoville (Curitiba-PR) e Gleba Palhano (Londrina-PR)**. Maringá: Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá, 2014.

SILVA, W. R. Londrina e a reestruturação urbana. Atividades econômicas, papéis, agentes e escalas. In: ELIAS, D.; SPOSITO, M. E. B.; SOARES, B. R. (Eds.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Campina Grande e Londrina**. São Paulo: Outras Expressões, 2013a. p. 193–333.

SILVA, W. R. O centro de Londrina. Nova vida e novos conflitos. In: FERNANDES, J. A. R.; SPOSITO, M. E. B. (Eds.). **A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras**. Cidade do Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CEGOT, 2013b. p. 243–254.

SOUZA, A. F. Os espaços públicos nas cidades contemporâneas: uma (re)visão. **Geografares**, n. 26, p. 182–213, 2018.

SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B. Fragmentação socioespacial. **Mercator**, v. 19, n. 19015, p. 1–13, 2020.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (Ed.). . **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Edunesp, 2013.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. Da diferenciação à fragmentação socioespacial. In: GÓES, E. M. et al. (Eds.). **Consumo, crédito e direito à cidade**. Curitiba: Appris, 2019. p. 96–124.

STOIAN, V. C. O. **Espaço público em Bauru e Presidente Prudente: a “circulação dos afetos” e sua influência nas práticas espaciais contemporâneas**. Presidente Prudente: Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2019.

WHITACKER, A. M.; MIYAZAKI, V. O estudo das formas da cidade no âmbito da Geografia Urbana. Apontamentos metodológicos. **GOT - Geografia e Ordenamento do Território**, n. 2, p. 307–327, 2012.

ZANON, E. R. **O centro ainda é centro: formação e permanência das centralidades funcional e representativa do centro principal da cidade de Londrina - PR**. Londrina: Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Londrina, 2014.